

Histórias de vida e o debate político sobre a ditadura no Brasil: a telenovela *Amor e Revolução*

Life stories and the political debate about the military dictatorship in Brazil: the soap opera “Amor e Revolução” (“Love and Revolution”)

Rafael Barbosa Fialho Martins¹
Gabriella Hauber Pimentel²

RESUMO: O artigo analisa os depoimentos reais de pessoas envolvidas na luta contra a ditadura militar no Brasil, exibidos na telenovela *Amor e Revolução* (SBT, 2011), que coadunam com os interesses da Comissão Nacional da Verdade e ajudam a compreender não apenas o período ditatorial vivido pelo país como também os desdobramentos do regime 50 anos depois. Para esta discussão, trazemos reflexões teóricas sobre o papel das histórias de vida em situações de debate político, mostrando nossa análise que, no caso em questão, tais histórias contribuíram principalmente para dar visibilidade ao tema da ditadura.

ABSTRACT: This article analyzes the real testimonials of people involved in the fight against the military dictatorship in Brazil, exhibited in the soap opera *Amor e Revolução* (SBT, 2011), which reflects the interests of the National Commission of the Truth and helps us to understand not only the dictatorial period experienced in Brazil but also its consequences 50 years later, or this discussion we used theoretical reflections on the role of the life stories in political debate situations, and our analysis shows that such stories contributed mainly to provide visibility for the theme of dictatorship.

PALAVRAS-CHAVE: Histórias de vida. *Amor e Revolução*. Ditadura militar.

KEYWORDS: Life Stories. *Amor e Revolução*. Military dictatorship.

I. INTRODUÇÃO

A telenovela *Amor e Revolução*, escrita por Tiago Santiago e produzida

1 Mestrando em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista CAPES. E-mail: rafaelbfialho@gmail.com

2 Mestranda em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: gabihauber@gmail.com

pelo SBT em 2011, retratou o regime militar durante os anos de 1964 a 1985, associando o contexto histórico não apenas a uma trama clássica composta pelo amor impossível – entre Maria Paixão, militante comunista, e José Guerra, militar – como também à discussão para a instauração da Comissão Nacional da Verdade naquele ano. Embora outras produções já tivessem abordado a questão da ditadura militar em seus enredos (KORNIS, 2011), a iniciativa do SBT pode ser considerada a única que trouxe o período histórico como eixo principal da trama, não apenas um “pano de fundo” (ANTONACCI e ARAÚJO, 2012). Isso porque a premissa principal da novela era retratar uma época pouco abordada na televisão e, na verdade, nunca mostrada da maneira que era pretendida por Tiago Santiago, que, por exemplo, escreveu várias cenas em que militantes políticos eram brutalmente torturados por militares e acrescentou, ao final de cada capítulo, depoimentos reais de pessoas ligadas ao contexto da época, como ex-guerrilheiros torturados, exilados, familiares de pessoas mortas e desaparecidas, políticos, militares etc.

Tal premissa ia ao encontro do debate público sobre a instauração da Comissão Nacional da Verdade (CNV), organização criada para apurar violações de Direitos Humanos (perseguição, prisões arbitrárias, tortura e morte institucionalizada) realizadas por agentes do Estado entre setembro de 1946 e outubro de 1988. Logo, a novela não apenas oferece uma representação da ditadura como um todo, mas reflete indiretamente os interesses da CNV, buscando trazer à cena pública os abusos dos mais diversos tipos, ressignificando o período da ditadura³.

Conquanto não tenha atingido índices expressivos de audiência e tenha sido alvo de críticas pela imprensa especializada, *Amor e Revolução* é lembrada por sua evidência e repercussão no contexto em que foi produzida e, por isso, merece ser analisada e discutida⁴. Como se não bastasse encenar a realidade histórica, a novela procurou *dar voz* a participantes reais da luta política dos anos 70-80, que contaram em detalhes as torturas sofridas, a realidade política da época e os desdobramentos da ditadura.

Vanessa Oliveira e Rousiley Maia (2014) expõem que, a despeito da clara importância da avaliação sobre o governo militar e da democracia, “[...] o Brasil pouco fez no campo da reparação e responsabilização da ditadura militar, mesmo passados mais de 20 anos de redemocratização, e ainda assim não parece existir um julgamento moral e público sobre isso

3 A lei nº 12.528, que institui, a CNV, foi sancionada em novembro de 2011 por Dilma Rousseff e a comissão foi instalada em 16 de maio de 2012, sendo finalizada em dezembro de 2014.

4 Logo que começou a ser veiculada, a novela foi alvo de um grupo de militares (Associação Beneficente dos Militares Inativos e Graduados da Aeronáutica – ABMIGAer), que pediram ao Ministério Público Federal o veto à trama, que, segundo eles, retratava-os de modo inadequado. Em outro momento, a produção ganhou visibilidade ao encenar o primeiro beijo homoafetivo das telenovelas.

(OLIVEIRA e MAIA, 2014, p. 9) – panorama para o qual os testemunhos contribuem de modo reflexivo. São essas *histórias de vida* o centro de interesse deste estudo, que tem como objetivo discutir seu potencial para o debate político sobre a ditadura promovida pela telenovela. Este trabalho visa a refletir sobre as funções que os discursos testemunhais podem desempenhar se forem pensados dentro de um debate maior, partindo da premissa de que

[...] têm o potencial de politizar determinado problema, nomeando os sofrimentos como injustiça. Eles podem demonstrar a complexidade de certas questões morais, éticas ou práticas, ainda que não proporcionem uma clara resposta às dificuldades apresentadas (OLIVEIRA e MAIA, 2014, p. 4).

A intenção geral deste trabalho é fomentar a reflexão sobre *Amor e Revolução*, acionando uma perspectiva teórica que contemple o papel da produção televisiva para o debate político do qual ela fez e faz parte. Depois de contextualizarmos o enredo da novela, exporemos nossos pressupostos teóricos, discutiremos sobre os depoimentos exibidos ao fim de capítulos da novela e colocaremos algumas conclusões obtidas tendo como referência a análise empírica.

2. DELIBERAÇÃO E CONVERSAÇÃO, SISTEMA DELIBERATIVO, O PAPEL DA MÍDIA E AS HISTÓRIAS DE VIDA

Partimos do pressuposto de que a referida discussão acerca da violação de direitos humanos cometida durante a ditadura é possível com respaldo numa concepção com traços republicanos e liberais da democracia, segundo a qual a deliberação se baseia na busca por entendimento entre sujeitos, por vias culturais. À luz de Jürgen Habermas (1997), entendemos que é possível chegar a possíveis resultados mais justos e democráticos na resolução de conflitos, em que todos os interessados no tema tiveram seus discursos representados e contemplados por meio da argumentação, “[...] que extraem seu conteúdo normativo da base de validade do agir, orientado pelo entendimento e, em última instância, da estrutura da comunicação linguística e da ordem insubstituível da socialização comunicativa (HABERMAS, 1997, p. 19).

Assim, de modo geral, a deliberação é tomada aqui como o processo argumentativo que se dá em torno de uma possível tomada de decisão, uma busca cooperativa para soluções de conflitos e problemas. Inspirado por Habermas, reconhecemos a importância da deliberação, que, entre outros benefícios, apresenta ganhos epistêmicos morais e intelectuais; aperfeiçoa a qualidade e justiça de resultados democráticos; legitima o processo de uma possível tomada de decisão e o próprio resultado se torna mais legítimo após passar por um processo deliberativo; e amplia

a compreensão a respeito do tema discutido, aspecto crucial para nós, já que, em nosso caso, a discussão central é a construção de uma memória a respeito da violação de direitos humanos cometida no regime militar.

Incluímos a mídia como mais um agente importante para o debate, porquanto ela ajuda na divulgação e visibilidade de temas a serem discutidos na esfera pública e estimula a participação da sociedade civil – seja em ambientes formais de deliberação ou em conversações políticas cotidianas e informais –, dando lugar a múltiplas vozes e a outros elementos, tais como a emoção, paixão, histórias de vida, retórica, narrativas etc.

Maia (2012) destaca alguns méritos dessas alternativas informais de argumentação: elas podem ampliar o escopo da discussão, aumentar o número de participantes e diversificar as perspectivas a serem levadas em conta no debate; ou seja, coadunamos com uma visão inclusiva e plural de deliberação. E no que diz respeito à ditadura, acreditamos que quanto mais ela for objeto de deliberação, discussões informais e conversações, mais chances terá de ser compreendida pela sociedade, podendo contribuir não apenas para a consolidação da democracia no país, como ainda para que episódios semelhantes não ocorram novamente.

Essa visão em larga escala está presente na abordagem sistêmica da deliberação defendida por Jane Mansbridge et al. (2012), que abarca os mais diversos tipos de fala, tais como conversação cotidiana e discussão formal, e assume que a deliberação ocorre em diferentes arenas, desde as mais formais às mais informais como arenas parlamentares e a mídia, que interagem e se influenciam mais ou menos mutuamente, por isso afirmamos que os discursos testemunhais presentes em *Amor e Revolução* podem gerar conversações cotidianas informais que podem se espriar até mesmo para situações de deliberação formal. As novelas, como produtos da mídia, desempenham um importante papel ao “lançar” temas que podem ser discutidos na esfera pública. Apesar de poder não haver deliberação na novela em si, uma abordagem sistêmica permitiria compreendê-la como uma das partes do sistema deliberativo, a partir do momento em que dá visibilidade a temas relacionados à ditadura, que também são discutidos nas arenas formais, como no Congresso Nacional (o caso da CNV).

Filiamo-nos à abordagem sistêmica porque, assim como Maia (2012), adotamos a premissa de que há uma relação intrínseca entre as mais variadas arenas discursivas e a mídia, que fazem a mediação de arenas e dão suporte a debates públicos, podendo ainda ser considerados propriamente uma arena deliberativa, a partir do momento em que apresenta diferentes discursos e trocas argumentativas. Em um movimento circular, a mídia tanto se alimenta do que é discutido nessas arenas quanto fornece material (opiniões publicizadas, acontecimentos noticiados, discursos recorrentes na sociedade) para conversações e debates políticos:

Nenhum outro tipo de mídia [...] tem o potencial de atingir simultaneamente um público tão amplo. A mídia coloca as questões no centro da visibilidade em nossa sociedade contemporânea e gera os recursos que permitem que os atores falem para milhões de pessoas. Quando novas ideias são produzidas na periferia da esfera pública, elas precisam de alguma forma se espalhar para o ambiente de mídia de massa para se tornarem públicas e disponíveis em larga escala (MAIA, 2012, p. 72), *tradução nossa*⁵.

É nesse entrelugar que situamos a telenovela *Amor e Revolução*, especificamente como entrecruzamento de interesses e debates que, como no caso em questão, são capazes de colocar em jogo momentos passados e atuais. Maria Immacolata Vassallo de Lopes (2003) mostra que as telenovelas brasileiras representam e constroem sentidos sobre as vidas pública e privada, conformando uma narrativa sobre a nação, que permite entender a cultura e a sociedade de que são expressão.

É interessante notar que, diferentemente da maioria das vezes em que é lembrado pela crítica de TV, o SBT foi muito elogiado pela iniciativa de fazer a novela, que, por mais que tenha sido considerada de baixa qualidade estética/narrativa (uma “inestimável novela péssima, segundo Eugênio Bucci), acertou no que diz respeito à adequação ao “espírito de tempo” de 2011 em interlocução com os “anos de chumbo”, uma oportunidade ímpar de “passar a história a limpo”, um “tema ótimo num bom momento”. A exemplo de outros críticos, Bucci também exaltou a importância central dos testemunhos:

Apenas por esses depoimentos, *Amor e Revolução* já teria valido. Ela ajuda o País a desvelar o tabu, a libertar dos arquivos mortos um assunto que os brasileiros têm o direito de conhecer. Isso não significa revanchismo nem pleitear a devida punição aos torturadores e a seus chefes. Trata-se simplesmente de saber o que aconteceu nas masmorras dos anos 60 e 70 [...] (BUCCI, 2011)⁶.

Esse posicionamento, comum nas críticas à novela, mostra então que o folhetim e os testemunhos reais foram reconhecidos como uma arena discursiva importante para o debate público acerca da ditadura,

5 Do original: No other type of media [...] has the potential to simultaneously reach such a broad audience. The mass media place issues at the center of visibility in our contemporary society and manage the resources that allow actors to speak to millions of people. When new and ideas are produced on the periphery of the public sphere, they need somehow to leak into the mass media environment to become publicly available on a broad scale.

6 Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,inestimavel-novela-pessima,707183,0.htm>. Acessado em 12 nov. 2014.

sendo a mídia e, mais especificamente a telenovela, elemento crucial desse debate, não só como veiculadora da história, mas como parte da discussão.

Apostamos nas histórias de vida como elemento de justificação na deliberação e, por conseguinte, como fator de aprimoramento de processos deliberativos. Jürg Steiner (2012) expõe que, apesar de não serem reconhecidas por Habermas, as histórias de vida oferecem modos de entender os processos deliberativos para além da racionalidade. De modo geral, os testemunhos podem, por exemplo, justificar e embasar opiniões, estimular a interação, encorajar e “criar um clima” para a deliberação, “quebrar o gelo”, explicar e detalhar acontecimentos e politizar uma discussão.

Mesmo apontando os riscos que eles podem trazer – já que podem desviar o foco da discussão ou manipulá-la – Steiner (2012) ressalta que os relatos atuam levando as pessoas para dentro das histórias contadas por meio sua afetação emocional, que auxilia na compreensão do contexto mais amplo em que estão inseridas:

Os críticos da pura racionalidade estão convencidos de que precisamos também de um elemento afetivo para incentivar a ação, e as histórias são um bom veículo para dar emoção e empatia para discussões políticas (STEINER, 2012, p. 87), *tradução nossa*⁷.

Maia (2012) destaca o importante papel dos testemunhos em contextos específicos como aqueles retratados na telenovela em estudo, porque eles auxiliam a formar um sentimento de injustiça e expressam um entendimento de humilhação, exploração e opressão nem sempre acessíveis e já determinados, oferecendo novos pontos de vista sob determinados problemas e até mesmo sugestões de soluções. É o que podemos ver nas falas de *Amor e Revolução*, elas elaboram e reiteram uma “semântica da tortura”, que, pouco conhecida ou aprofundada, vai se consolidando ao longo dos depoimentos, os quais tornam visíveis as reivindicações dos perseguidos e reforçam a relevância desses fatos para o debate público. Por isso as histórias de vida devem ser utilizadas

Especialmente nos casos em que os direitos não são assegurados, algo que seja relevante, mas ainda não tematicamente articulado, deve ser revelado como uma injustiça embutida nas regras associadas com a tradição, a uma comunidade particular, para os arranjos institucionais da sociedade, e assim

⁷ Do original: “critics of pure rationality are correct that we also need an affective element to encourage action, and stories are a good vehicle to give emotion and empathy to political discussions”.

por diante (MAIA, 2012, p. 22), *tradução nossa*⁸.

Os testemunhos em estudo têm expressiva importância histórica. Araújo (2014) recorre à jornalista Beatriz Sarlo (2005) para mostrar a contribuição dos relatos de vida para a construção de uma memória coletiva em países onde houve violências, guerras ou ditaduras militares. Sarlo observa que a contemporaneidade, fortemente afetada pela subjetividade, favorece a produção e publicização de testemunhos, o que ocorreu no contexto argentino do qual ela faz parte, já que as histórias de vida dos torturados naquele país possibilitaram não só a rememoração das atrocidades cometidas como também a condenação ao terrorismo do Estado: “nenhuma condenação teria sido possível se os atos de memória, manifestados nos relatos dos testemunhos e das vítimas, não tivessem existido” (SARLO, 2005 *apud* ARAUJO, 2014, p. 104).

A jornalista vê a memória como um campo de conflitos entre aqueles que mantêm a recordação dos crimes de Estado e aqueles que propõem “virar a página” de tal período histórico. Nesse horizonte de tensões, o testemunho adquire um “ícone de verdade”, dado seu potencial como um dos recursos para a reconstituição do passado, principalmente se pensarmos que, nestes casos como da ditadura, muitas fontes materiais que comprovariam a ocorrência dos fatos foram destruídas ou ainda estão desaparecidas. Sarlo reconhece a importância das histórias de vida, mas ressalva que sua observação deve ser feita com criticidade, atentando, por exemplo, para o contexto político não só passado, mas presente, contemporâneo, ao qual muitas vezes esses “relatores” estão vinculados.

3. ANÁLISE

Nossa análise inicial se inspira, em alguma medida, naquela empreendida por Oliveira e Maia (2014). E embora o estudo das autoras trate de uma situação institucionalizada de deliberação acerca da CNV, consideramos os depoimentos exibidos em *Amor e Revolução* também importantes como aqueles vistos nas audiências públicas, já que, assim como eles, apresentam fatos verídicos e têm o mesmo potencial de acenar como casos pessoais elucidativos de temas e conflitos de ordem coletiva⁹.

Para perceber se as histórias de vida atuam de modo pelo menos

⁸Do original: “Especially in cases where rights are not assured, something that is relevant but not yet thematically articulated must be revealed as an injustice embedded in the rules attached to tradition, to a particular community, to the institutional arrangements of society, and so on”.

⁹Sabemos que as situações discursivas em jogo são muito diferentes – não é possível tratar um depoimento em audiência pública como equivalente a um relato realizado em estúdio de TV, previamente preparado e posteriormente editado –, mas ressaltamos o foco de nosso olhar: as *histórias de vida*.

parecido na novela e no âmbito da CNV, tomamos como base as funções das histórias nas audiências elencadas por Oliveira e Maia (2014): função institucional, de visibilidade e pedagógica. Reforçamos que nosso objetivo é explorar qual a função desses relatos se pensados segundo uma abordagem sistêmica que os inclua numa discussão maior sobre a ditadura e a violação dos direitos humanos ocorrida nesse período. Para isso, assistimos a todos os depoimentos exibidos, 66 ao todos, ao final dos capítulos levados ao ar entre 05/04/2011 a 05/07/2011 e discutimos algumas das características que julgamos pertinentes para estimular a discussão da ditadura.

Um primeiro aspecto que chamou nossa atenção foi o papel de *exemplificação* dos depoimentos. Grande parte deles tinha um alto grau de detalhamento, principalmente no que diz respeito aos fatos ligados à tortura. Se o convidado tivesse sido torturado, tal evento era praticamente o centro de sua inserção na novela, como pode ser visto nos excertos abaixo:

Fui levado para o quartel dos Dragões da Independência e sofri uma tortura que outros sofreram essa tortura, mas não falam porque a tortura está inoculada, é a tortura chamada escovão depreciativo, eram tinas de urina e fezes que eles colocavam em um grande salão lá no quartel dos Dragões da Independência, os companheiros de processo sentando, eu tinha sido algemado pelas costas, a algema nos braços e nas pernas e uma corda, e cinco ou seis torturados me enfiavam e me afogavam nessas tinas de urina e fezes [...]. Quando você afogava, eles te tiravam e dependuravam de cabeça para baixo igual açougue, você vomitava aquela água, vinha um médico reanimava e começava a tortura. Sofri o sino, afogamento dessa maneira, choque em todas as regiões, eu tenho lesões físicas desses choques na região genital. Os choques eram uma fiação na bolsa escrotal e uma na orelha que eles chamavam de brinco, depois eu sofri essa tortura no Rio de Janeiro, fora essa tortura que é geratriz da escravidão que é o pau de arara [...] (Depoimento de Jarbas Marques, veiculado em 06/04/2011).

Eu fui presa, um pouco antes, eu estava grávida, meu filho tinha 33 dias. Eu sofri torturas físicas horríveis e muito mais na área moral, sexual e apanhei muito. Eles não me deixavam tomar banho; eu suava muito, me lembro do calor. Suava, suava e a gente transpira também de medo. Suava muito, um cheiro horrível; eu tive aquele sangramento dos 40 dias pós-parto, que é muito grande, e também não tinha absorvente, não tinha como me lavar. Nós tínhamos só uma piazinha lá no DOPS, lavava com aquela água ali e usava o papel higiênico como se fosse um absorvente. Era um cheiro horrível. Eu fiquei com o cheiro muito ruim (Depoimento

Notamos que tamanha exemplificação acena como um fator de chamamento da atenção do público, já que traz detalhes cruéis, desagradáveis e chocantes, reforçando a mensagem que a novela queria passar de que a ditadura nunca foi branda. Apelando para o teor emocional, mas sem ser apelativos, os depoimentos então contribuem para *sensibilizar* quem assiste, expondo minúcias “[...] num nível de profundidade e numa extensão que nunca se viu na TV brasileira” (BUCCI, 2011).

Assim, a sensibilização foi uma função potencializada em praticamente todos os casos, já que os depoimentos traziam uma música incidental, que aumentava a carga dramática do relato, complementando o que era dito com a música *Pra não dizer que não falei das flores*, representativa da luta antiditadura, tocada ao piano. Essa elaboração estilística tem a ver com o meio em que esses depoimentos estão inseridos, a televisão, suporte intimamente ligado ao som e à imagem. Assim, as histórias de vida, fortes por si só, ganham aqui um “tratamento” que as reveste de uma estrutura de sensibilidade, dotando-as de uma carga emocional ainda maior. Para fins de comparação, os relatos das audiências públicas da CNV, por mais que sejam midiáticos, não contam com tais recursos audiovisuais para sensibilização da audiência.

Não tratamos de uma deliberação face a face como aquelas estudadas por Steiner (2012), mas pensando à luz dos riscos que ele expôs quando a emoção é utilizada numa deliberação, acreditamos que o problema da manipulação e fuga do tema da discussão não é tão alarmante aqui porque se pensarmos a situação discursiva em que esses depoimentos estão inseridos – uma telenovela – compreendemos que esse nível de emotividade é compreensível e até mesmo adequado. Consideramos que, no caso de *Amor e Revolução*, os relatos foram feitos de maneira tranquila e respeitosa, algo que a pós-produção reflete com a música incidental inserida de modo sutil.

Como contraponto, poderíamos concordar com Steiner (2012), caso os depoimentos tivessem sido explosivos, exagerados, se o cenário visual mostrasse fotos da violência explícita, e o acompanhamento sonoro fosse estrondoso e alarmante, por exemplo. Nesse caso, poderia ocorrer um desvio do foco ou uma manipulação negativa da discussão tal qual apontada pelo autor, algo que uma análise profunda sobre a repercussão dos depoimentos poderia dizer.

Todavia, temos em mente que tais depoimentos podem ter sido preparados, ensaiados e principalmente editados para se adequarem à média de 3 minutos impostos pelo formato – talvez seja por isso que notamos uma presença expressiva de falas relativas aos detalhes da tortura física/moral/psíquica/sexual sofrida, já que era algo em que o próprio enredo

fictício da novela também investia. Consideramos ainda que não houve manipulação política como fora alardeado pela crítica, já que depois de certo tempo todos os depoimentos foram retirados das edições porque, segundo a equipe de produção, representantes militares não aceitavam gravar (como exceção, apenas dois militares tiveram seu relato exibido, Jarbas Passarinho e Sebastião Curió), para não dar voz apenas à esquerda/torturados, os testemunhos cessaram. E mesmo que o fim dos relatos possa ter ocorrido por questões outras de audiência e interesses, analisamos o que nos é dado ver, não tanto as intenções reais.

De forma indireta, alguns relatos ainda trouxeram elementos históricos que contextualizavam a experiência pessoal das histórias, situando os fatos contados em contextos políticos maiores, mesmo com a limitação de tempo que a televisão impõe:

Em 1968, nós tivemos o auge das manifestações políticas e de massas. Em dezembro de 1968, o Ato Institucional nº 5. Aí se revogou o direito de *habeas corpus* e a tortura, que já existia, passou a ser institucionalizada; a luta armada passou a ser um ato de legítima defesa, ou seja, a luta armada só aconteceu como um ato de legítima defesa (Depoimento de Ubiratan de Souza, veiculado em 22/06/2011).

As histórias de vida também tiveram o papel de *reiterar* informações apresentadas na novela, já que se em determinados capítulos eram encenadas torturas fortemente violentas, os depoimentos ao final só confirmavam que aquilo que havia acabado de ser exibido não era *apenas* novela; era um “retrato” (ou pelo menos uma tentativa de retratar) do que realmente acontecera. Os relatos confirmavam, legitimavam o que o enredo ficcional trazia durante o capítulo; as histórias da novela, por si só, já sensibilizavam, exemplificavam, reivindicavam e denunciavam sobre a realidade histórica real tratada; os depoimentos ao final legitimavam os acontecimentos e a própria razão de ser da telenovela em questão.

Essa “coincidência” entre enredo e fatos pode ser percebida na semelhança entre personagens reais e ficcionais de *Amor e Revolução*. Araujo (2013) aponta, por exemplo, similaridades entre as histórias do relacionamento de Maria e José (personagens principais da novela) com o caso amoroso de Maria do Socorro, militante que contou sua história de vida, e até mesmo com a trajetória de Dilma Rousseff e seu ex-marido, que se conheceram na militância.

Assim como as histórias de vida das audiências públicas da CNV, os testemunhos da telenovela também apresentam função *pedagógica* se a entendermos segundo a definição de Oliveira e Maia (2014), que consideram pedagógico o fato de que a sociedade se aproxime mais do tema e possa inclusive produzir uma memória coletiva sobre o assunto das violações de

direitos humanos ocorridas na ditadura. O estudo de Araujo (2013) mostrou a importância de *Amor e Revolução* para uma “educação não formal” de estudantes, já que a novela – incluindo os testemunhos – “[...] desperta a consciência e a criticidade dos jovens no exercício de sua cidadania e na sua identidade como um sujeito de direitos” (ARAUJO, 2013, p. 215).

Diferentemente dos relatos da CNV, não podemos dizer que as histórias de vida presentes em *Amor e Revolução* têm função *institucional*, já que não se trata de uma situação formal, tampouco diz respeito a questões que estão diretamente ligadas a tomadas de decisão na Comissão. Contudo, por trazerem detalhes pouco ou nunca abordados no horário nobre da televisão, esses testemunhos ainda contribuíram para descortinar e denunciar uma realidade desconhecida por muitas pessoas: “Vocês jovens, que não conhecem essa história, empunham essa bandeira quando já não pudermos mais empunhar” (Depoimento de Suzana Lisboa, veiculado em 13/05/2011). Tal estratégia pode ser percebida até mesmo na abertura da novela, que, segundo Rocha e Martins (2014):

Desde a primeira até a última sequência, o que se vê são situações que parecem emergir de papéis velhos, como situações esquecidas no passado e que agora são reveladas – o que é justamente o argumento principal da trama, comprometida a representar episódios pouco divulgados sobre a ditadura, em sintonia com a discussão da Comissão da Verdade (ROCHA e MARTINS, 2014, p. 9).

Notamos então uma expressiva função de *visibilidade* desempenhada pelas histórias de vida em *Amor e Revolução* porque acreditamos que a novela pôde atingir outros públicos diferentes daqueles acessados pelos telejornais (que trataram do tema), por exemplo. A audiência foi considerada baixa para os padrões televisivos nacionais, mantendo-se numa média de 5 pontos. Segundo o IBOPE (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística), cada ponto equivale a 641.286 indivíduos no Painel Nacional de Televisão¹⁰, o que mostra a visibilidade que a novela teve se multiplicarmos esses números pelos índices obtidos por ela – sem contar os telespectadores do Brasil inteiro que não estão na amostra selecionada pelo Instituto. Essa visibilidade também foi percebida por Araujo (2013):

Amor e Revolução certamente não será lembrada pela excelência em teledramaturgia, mas seguramente será referência pela coragem, ousadia e originalidade de uma emissora de

10 Cada ponto ainda equivale, por exemplo, a 65.201 domicílios e 193.281 indivíduos na região da Grande São Paulo; 39.600 domicílios e 109.982 indivíduos na grande Rio de Janeiro. Disponível em <http://exame.abril.com.br/tecnologia/noticias/ibo-pe-reajusta-valor-do-ponto-de-audiencia>. Acessado em 2 nov. 2014.

TV aberta ao veicular a temática da repressão à liberdade de pensar diferente. Fossem quais fossem as suas motivações. Com uma linguagem sem sofisticação e até didática, logrou atingir pelo menos um milhão de pessoas que acompanharam a trama ao longo de nove meses de exibição (ARAÚJO, 2013, p. 255, grifos nossos).

Também houve expressiva repercussão da novela na imprensa, e os depoimentos e capítulos ainda estão disponíveis em diversos canais no *Youtube*, o que perpetua sua permanência e ampliação na memória coletiva¹¹. Outro aspecto é o público da telenovela e do próprio canal em que foi exibida, classes C, D e E, que talvez não tivessem acesso a tais histórias de vida em ambientes de deliberação formal tal qual uma audiência pública. Denúncias já estavam sendo feitas e explicações já vinham sendo dadas nos noticiários; se o assunto já estava tendo visibilidade pela CNV, a telenovela só fez aumentar essa repercussão.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face dessas observações, concluímos que os relatos presentes em *Amor e Revolução* tiveram a função principal de *dar visibilidade* ao debate em torno tanto da ditadura quanto das torturas e demais violências cometidas pelo regime militar. Alcançando inúmeros telespectadores até hoje, as histórias de vida como foram utilizadas na novela mostraram-se espaços privilegiados não só de fala, já que os relatores tinham uma oportunidade de contar suas experiências, mas também de escuta por muitas pessoas que talvez nunca saberiam das questões tratadas ali.

Por isso, concordamos que assim como os testemunhos dados na Comissão Nacional da Verdade, as histórias reais contadas em *Amor e Revolução* jogam luz sobre o debate político acerca da ditadura no Brasil e sobre a luta por direitos humanos, à medida que tornam palpáveis as consequências dos abusos cometidos no passado, que hoje se tornaram lembranças. Acreditamos que um maior acesso a essas e a outras histórias pode possibilitar novos debates e descortinamento de casos semelhantes.

Em seu depoimento à novela, Amélia Teles disse: “Não se consolida uma democracia com cadáveres insepultos”. É com essa premissa que defendemos aqui que as histórias de vida são importantes para “desenterar” um período nebuloso da história do Brasil. Os testemunhos são uma alternativa eficaz para que os acontecimentos escondidos dessa época sejam cada vez mais objetos de menções, publicizações, conversas e deliberações

11 Por exemplo, no canal *Amor e Revolução* Tv On-line, os vídeos juntos somam mais de 800 mil visualizações – a nível de comparação, um dos vídeos mais assistidos do canal oficial da CNV tem cerca de 70 mil views. Disponível em https://www.youtube.com/channel/UCJy0UZgFPad3CgTI5m_uDuw. Acessado em 8 out. 2014.

para que sejam conhecidos e não mais repetidos.

Assim, concluímos que as histórias de vida podem e devem ser cada vez mais utilizadas como meio de conscientização/sensibilização/legitimação para questões políticas, não só em ambientes de deliberação tradicionais como também na mídia, para maior difusão da discussão às quais elas se reportam. *Amor e Revolução*, mesmo não tendo sido um sucesso de audiência, mostrou que esse investimento é possível e tem potencial expressivo, contribuindo para a construção de uma “semântica coletiva” (OLIVEIRA e MAIA, 2014), pertinente e mais próxima da realidade da Ditadura Militar no país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTONACCI, A.; ARAUJO, D. M. A memória do governo militar brasileiro na narrativa audiovisual da telenovela e sua ressignificação pelos estudantes do ensino superior. *Revista Comunicación*, v. 1, n. 10, 2012. Disponível em http://www.revistacomunicacion.org/pdf/n10/mesa4/049.A_memoria_do_governo_militar_brasileiro_na_narrativa_audiovisual_da_telenovela_e_sua_reassignificacao_pelos_estudantes_do_ensino_superior.pdf. Acessado em 25 fev. 2014.
- ARAUJO, D. M. *Comunicação, consumo e educação: o caso da telenovela Amor e Revolução*. 2013. 267 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Práticas de Consumo) – Programa de Mestrado em Comunicação e Práticas de Consumo) – Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, SP, 2013
- _____. Memória e história: o caso da telenovela Amor e Revolução. *Revista Brasileira de História da Mídia* (RBHM), v.3, n.2, jul./2014 - dez./2014. Disponível em <http://www.unicentro.br/rbhm/ed06/dossie/10.pdf>. Acessado em 15 nov. 2014.
- HABERMAS, J. Política deliberativa – um conceito procedimental de democracia. In: _____. *Direito e Democracia*. Tempo Brasileiro, 1997, vol. II.
- KORNIS, M. A.. As “revelações” do melodrama, a Rede Globo e a construção de uma memória do regime militar. *Significação*, n. 36, 2011. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/significacao/article/viewFile/70947/73854>. Acessado em 28 fev. 2014.
- LOPES, M. I. V.. A telenovela brasileira: uma narrativa sobre a nação. *Revista Comunicação & Educação*, 25. São Paulo, jan/abr de 2003.
- MAIA, Rousiley. *Deliberation, the media and political talk*. New York: Hampton Press, 2012.
- MANSBRIDGE, Jane et al. A systemic approach to deliberative democracy. In: PARKINSON, J. e MANSBRIDGE, J. (Eds.). *Deliberative systems*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

- OLIVEIRA, Vanessa; MAIA, Rousiley. Reconhecendo o direito à memória e à verdade: Apontamentos sobre o papel das histórias de vida no trabalho da Comissão Nacional da Verdade. In: IX ENCONTRO DA ABCP, 2014, Brasília. *Anais eletrônicos*. Disponível em http://www.encontroabcp2014.cienciapolitica.org.br/resources/anais/14/1403750621_ARQUIVO_trabalhocompleto_AT1_VANESSAVEIGA_ROUSILEYMAIA.pdf. Acessado em 20 nov. 2014.
- ROCHA, S.; MARTINS, R. A História Através do Estilo Televisivo II: a Figuração da Ditadura Militar na Abertura da Telenovela Amor e Revolução. In: *III ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA*. Belo Horizonte, UFMG, 2014.
- STEINER, J. *The foundations of deliberative democracy: empirical research and normative implications*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 2012.

Recebido em: 18/06/2015

Aceito em: 12/11/2015